



O Que Parece Melhor

*Tradução por: Silvério Becker**

*MAHAN, Asa. The Greatest Apparent Good. In: Doctrine of the Will. P. 99-118. R. E. Gillet: Oberlin, 1845.***

*Asa Mahan****

Seção I

Chegamos agora à consideração de uma das grandes questões ligadas às nossas investigações – a proposição sustentada pelos Necessitaristas, como o principal pilar de sua teoria, de que “a Vontade sempre é conforme ao que parece melhor”

* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Itapiranga. Silvério Becker dedica-se, no âmbito do ensino e da pesquisa, principalmente aos seguintes temas: Didática; Fundamentos da Educação; Ética; Filosofia da Religião; Teologia. E-mail: silverioecker@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3449-4876>. CV: <http://lattes.cnpq.br/8550010147430031>.

** *The Greatest Apparent Good* (O Que Parece Melhor) é o quinto capítulo da obra *Doctrine of the Will*, publicada originalmente em 1845. Cf. MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*: R. E. Gillet. Oberlin, 1845. Disponível, em 23/04/2021, em **Doctrine of the Will (gutenberg.org)**. Para a presente tradução, o texto utilizado foi: *The Greatest Apparent Good*. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. J. M. FITCH. Oberlin, 1847; pp 99-118. Disponível em 23/04/2021, em: **Doctrine of the Will - Asa Mahan - Google Livros**. O texto é de domínio público.

*** Nascido em 1799, nos Estados Unidos da América, Asa Mahan (1799-1889) foi o autor de obras importantíssimas no campo da filosofia, como: *A System of Intellectual Philosophy* (1854), *The Science of Logic; or An Analysis of the Law of Thought* (1857), e *A Critical History of Philosophy* (1883), a última considerada por diversos filósofos como a mais importante obra de filosofia já escrita (nota do Tradutor).

Definição da expressão

A primeira pergunta que surge naturalmente aqui é: qual o significado real dessa proposição? Em réplica, respondo que ela precisa significar uma dessas três coisas:

1. Que a Vontade sempre é, em todas as suas determinações, conforme aos ditames da Inteligência, escolhendo somente aquelas coisas que a inteligência afirma serem as melhores; ou,

2. Que as determinações da Vontade estão sempre em conformidade com o impulso da Sensibilidade, isto é, que sua ação sempre está na direção do sentimento mais forte; ou,

3. Em conformidade com os ditames da Inteligência combinados com o impulso da Sensibilidade, isto é, que a Vontade não age, de modo algum, exceto quando impelida à mesma direção pela Inteligência e pela Sensibilidade.

O significado desta expressão de acordo com Edwards¹

A seguinte passagem não deixa margem para dúvidas em relação ao significado que Edwards atribui à expressão “o que parece melhor”². Preferi expressar-me, pois, afirmando que a Vontade sempre é conforme o maior bem aparente, ou conforme o que parece mais agradável, a dizer que a vontade é determinada pelo maior bem aparente, ou por aquilo que parece mais agradável, pois uma aparência mais agradável ou aprazível à mente, e a escolha e preferência da mente, dificilmente parecem ser própria e perfeitamente distintas”. Aqui, inegavelmente, as palavras, escolha, preferência, “parecer mais agradável ou aprazível”, e “o que parece melhor”

¹ Jonathan Edwards (1703-1758) (Nota do Tradutor).

² As passagens citadas por Mahan, nesse tópico, são da obra *A Careful and Strict Inquiry into the Modern Prevailing Notions of that Freedom of Will* (1852). Cf. EDWARDS, Jonathan. *A Careful and Strict Inquiry into the Modern Prevailing Notions of that Freedom of Will*. Backus e Whiting. Albany, 1804; p 11 e seg.. Disponível, em 06/05/2021, em *A careful and strict Inquiry into the modern prevailing notions of that ... - Jonathan Edwards - Google Livros* (Nota do Tradutor).

são consideradas idênticas em seu significado. Por isso, em outra passagem, ele acrescenta, “caso se insista na estrita propriedade do discurso, pode-se dizer mais propriamente que a *ação voluntária*, que é a consequência imediata e fruto da escolha e volição da mente, é determinada por aquilo que parece mais agradável, mais do que pela preferência e escolha em si”. A razão é óbvia. Parecer mais agradável ou aprazível, e preferência ou escolha, haviam sido considerados sinônimos. Dizer, portanto, que a preferência ou a escolha é determinada por aquilo “que parece mais agradável ou aprazível”, seria equivalente à afirmação de que a escolha determina a escolha. “O próprio ato de volição” – ele acrescenta – “é sempre determinado por aquilo que, na concepção mental de um objeto, faz com que ele pareça o mais agradável”, ou o que, por definição, é a mesma coisa, faz com que ele seja escolhido.

As expressões “o que parece melhor”, e “parecer mais agradável ou aprazível à mente”, e as palavras, escolha, preferência, etc., são, portanto, de acordo com Edwards, idênticas em seu sentido. A proposição, “a Vontade é sempre conforme ao que parece melhor”, realmente não significa nada mais nem menos que isto: que a Vontade sempre escolhe como escolhe. O famoso argumento baseado sobre essa proposição em favor da doutrina da Necessidade pode ser expresso assim: se a Vontade sempre é conforme ao que parece melhor, isto é, se a Vontade sempre escolhe como ela escolhe, ela é governada pela lei de Necessidade. A Vontade sempre é conforme ao que parece melhor, isto é, ela sempre escolhe como ela escolhe. Por conseguinte, ela é governada por essa lei. Por causa desse silogismo, muitas pessoas supõem que a doutrina da Necessidade foi estabelecida com toda a força e clareza de uma demonstração.

A questão agora retorna, “a Vontade é sempre conforme ao que parece melhor”, em qualquer dos sentidos definidos acima?

A vontade não está sempre de acordo com os ditames da inteligência

I. É a Vontade conforme ao que parece melhor, no sentido de que todas as suas determinações estejam em conformidade com os ditames da

Inteligência? A Vontade nunca se harmoniza com a Sensibilidade em oposição à Inteligência? Nenhum ser inteligente, seja ele santo ou pecador, nunca fez aquilo que seu intelecto, no momento, afirmou que ele deveria não fazer, e que seria melhor não fazer? Eu respondo:

1. Qualquer homem que alguma vez tenha violado a obrigação moral sabe que – em todos esses atos - seguiu o impulso do desejo, em oposição aos ditames da sua Inteligência. Qual indivíduo que já tenha perpetrado tais ações não diz, e não pode verdadeiramente dizer, “eu sei o que é bom, e o aprovo, e ainda assim sigo o mal”?³ Considere uma questão de fato. Um nobre espanhol, durante o progresso inicial da Reforma, convenceu-se de que a fé dos reformadores era verdadeira, e de que a sua era falsa, e que sua salvação dependia de abraçar uma e rejeitar a outra. Porém, o resultado de tal escolha poderia ser o martírio. Enquanto ponderava, no profundo de sua própria mente, ele estremeceu com grande agitação. Seu superior, que estava presente, perguntou-lhe a causa. A réplica foi, “a coroa dos mártires está diante de mim e eu não tenho firmeza cristã suficiente para tomá-la”. Ele morreu poucas semanas depois sem confessar a verdade. Ele obedeceu a sua Inteligência, ou a Sensibilidade? Não houve um conflito entre as duas, em que a última prevaleceu? Em João 12:42,43, temos um fato revelado, no qual homens estavam convencidos da verdade, e mesmo assim, porque “eles amavam mais o louvor dos homens que o louvor de Deus,” não confessaram, mas negaram a verdade, um caso, portanto, em que eles seguiram o impulso do desejo, em oposição aos ditames da Inteligência. A Vontade, portanto, não é “sempre conforme ao maior bem aparente”, nesse sentido, de modo que suas ações estejam sempre na direção dos ditames da Inteligência.

2. Se é assim, o pecado, em todos os casos, é um mero erro, um resultado necessário de um juízo errôneo necessário da Inteligência? É mesmo assim? A Inteligência pode afirmar que um estado de impureza moral é melhor que um estado de retidão moral? Quão fácil seria, em todos

³ Alusão a Romanos 7:17-18. In: A Bíblia Sagrada; várias versões em português (Nota do Tradutor).

os casos, “converter um pecador do erro do seu caminho”⁴, se tudo o que é necessário é colocar seu Intelecto em favor da verdade e da retidão? Quem não sabe que a grande dificuldade repousa na escravização da Vontade para uma Sensibilidade depravada?

3. Se a Vontade de todos os seres Inteligentes está constantemente em harmonia com o Intelecto, então eu afirmo que não existe, e nunca existiu tal coisa como o pecado, ou ignobilidade, no universo. O que mais pode ser dito de Deus, ou de qualquer ser assim tão puro, senão que ele tem feito constantemente aquilo que seu Intelecto afirma ser melhor? E o que dizer se o diabo e todas as criaturas chamadas pecadoras têm sempre feito a mesma coisa, onde está o fundamento concebível para a imputação de culpa moral a eles?

4. Se todos os atos da Vontade estão sempre em perfeita harmonia com a Inteligência e, nesse sentido, “conforme ao que parece melhor”, então, quando o Intelecto afirma absolutamente que não pode existir nenhum fundamento para a preferência entre dois objetos, não pode existir nenhuma escolha entre eles. Mas nós estamos, de fato, realizando, diariamente, precisamente tais atos da Vontade, selecionando um objeto em distinção de outro, quando o Intelecto afirma sua perfeita igualdade, isto é, afirma absolutamente que não há nem pode haver nenhum fundamento perceptível para preferência entre eles. Suponha que eu receba uma carta de um amigo, informando-me que ele acabou de pegar duas notas num certo banco, perfeitamente novas e de mesmo valor, e que uma delas está no canto esquerdo de sua gaveta e, outra, no canto direito, e que eu posso ter uma e apenas uma delas, aquela que eu indicar em uma correspondência de retorno: eu preciso designar uma ou outra, ou não terei nenhuma delas. Nesse caso estariam presentes para minha Inteligência dois objetos absolutamente iguais. A sua localização é indiferente. Se, pois, como afirma a proposição, “a Vontade é constantemente conforme ao que parece melhor”, eu não posso selecionar um objeto em distinção de outro sem um

⁴ Alusão a Tiago 5:20. In: A Bíblia Sagrada; várias versões em português (Nota do Tradutor).

fundamento percebido para tal seleção, não seria possível dizer qual nota eu quereria ter. No entanto, eu faço a seleção sem qualquer embaraço. Eu poderia mencionar inumeráveis casos de ocorrências diárias, de natureza similar. Toda criança que já brincou de “par ou ímpar” sabe perfeitamente que é possível selecionar entre objetos que são absolutamente iguais para a Inteligência.

Selecionarei agora um caso sobre o qual não é possível haver nenhum equívoco. Sabemos que o espaço é absolutamente infinito. O espaço, em si mesmo, é idêntico em todas as suas partes. É assim que ele precisa aparecer para a mente de Deus. Quando Deus determinou a criação do universo, ele precisou decidir localizar seu centro em algum ponto do espaço em distinção a todos os outros. Naquele momento, estavam presentes para a Inteligência Divina um infinito número de pontos, todos igualmente elegíveis. Nenhum ponto poderia ter sido selecionado porque era melhor que o outro: pois todos eram iguais. É assim que eles precisam ter parecido a Deus. Todavia, se a Vontade é sempre “conforme ao que parece melhor”, no sentido sob consideração, Deus não poderia fazer uma seleção nesse caso e, conseqüentemente, não poderia criar o universo. Ele fez a seleção e o criou. A Vontade, portanto, não é, nesse sentido, “sempre conforme ao que parece melhor”.

A vontade nem sempre é conforme ao desejo mais forte.

II. A Vontade é “sempre conforme ao que parece melhor” no sentido de que ela está sempre em conformidade com o desejo mais forte ou com o impulso da sensibilidade mais forte? A Vontade nunca se harmoniza com a Inteligência, em oposição à Sensibilidade, assim como com a Sensibilidade em oposição à Inteligência? Se isto não é assim, então:

1. Seria difícil definir autonegação de acordo com a aceitação ordinária do termo. O que é autonegação senão alinhar a Vontade com a Inteligência, em oposição à Sensibilidade? Quão frequentemente, nas reformas morais, não encontramos nada mais que um propósito inflexível

colocado diretamente diante de uma onda quase irresistível e esmagadora de sentimentos e desejos?

2. Quando a Vontade é impelida em diferentes direções, por sentimentos conflitantes, ela não pode, por um momento, estar em um estado de indecisão, a menos que suponhamos serem esses sentimentos conflitantes absolutamente iguais em força até o momento da decisão. Quem acredita nisso? Quem acredita que seus sentimentos estão, em todos as instâncias, em um estado de perfeito equilíbrio até o momento de uma determinação fixa entre dois cursos distintos e opostos? Esse *deve* ser o caso, se a ação da Vontade for sempre conforme o sentimento mais forte, e nesse sentido, conforme ao “que parece melhor”. Como os Necessitaristas podem refutar esse argumento? Pretenderão que, em todos os casos, até o momento da ação decisiva, os diferentes sentimentos que impelem a Vontade em diferentes direções são sempre absolutamente iguais em força? Assim deve ser, se a Vontade sempre estiver em conformidade com o sentimento mais forte.

3. Quando os sentimentos estão em estado de perfeito equilíbrio, existe a possibilidade, nessa suposição, de nenhuma escolha ser feita. Os sentimentos frequentemente estão, e precisam estar nesse estado, mesmo quando temos a necessidade de agir em alguma direção. O caso das notas do banco, narrado acima, apresenta um exemplo desse tipo. Como, aos olhos da mente, os objetos são absolutamente iguais, supor que os sentimentos podem, neste caso, impelir a Vontade mais fortemente na direção de um que na direção de outro, é supor um evento sem uma causa, se aceitarmos que a Sensibilidade é governada pela lei de Necessidade. Se A e B são, em todos os aspectos, absolutamente iguais para a Inteligência, como pode a Sensibilidade impelir a Vontade em direção a A em vez de B? O que é um evento sem uma causa, se isso não é? Contemplem o caso em relação à localização do universo, mostrado acima. Cada ponto do espaço estava igualmente presente para Deus, e era em si mesmo, e era percebido e afirmado como sendo igualmente elegível como todos os outros. Como poderia um sentimento mais forte surgir na direção de um ponto em distinção de outros, a menos que suponhamos que a Vontade de Deus não

está sujeita à lei de Necessidade - uma posição que nenhum Necessitarista assumirá -, ou que existe um evento sem causa? Quando, portanto, Deus selecionou esse único ponto em distinção de todos os outros, essa determinação não pode ter sido nem na direção do que a Inteligência afirmou ser o melhor, nem do sentimento mais forte. Portanto, a proposição de que “a Vontade *sempre* é conforme ao que parece melhor” é, em ambos os sentidos definidos acima, demonstravelmente falsa.

4. Qualquer um se torna ciente dessa verdade quando apela para sua própria consciência. Na amputação de um membro, por exemplo, quem não sabe que se o indivíduo, no momento em que começa a operação, sucumbisse ao sentimento mais forte, ele se recusaria a tolerar isso? Ele pode passar por essa cena, somente colocando um propósito inflexível sobre a tendência do sentimento. Quão frequentemente ouvimos indivíduos afirmarem, “se eu seguisse meus sentimentos, eu faria isso; se eu seguisse meu juízo, eu faria aquilo”. Em todos esses casos, temos o testemunho direto da consciência, de que a ação da Vontade não está sempre na direção do sentimento mais forte: porque essa ação, algumas vezes, está conscientemente na direção da Inteligência, em oposição a tais sentimentos; e em outras, na presença consciente de tais sentimentos, a Vontade permanece, por períodos longos ou curtos, indecisa em relação ao curso específico que será seguido.

A vontade nem sempre está em conformidade com a Inteligência e a Sensibilidade combinadas

III. A Vontade sempre é conforme ao que parece melhor, de modo que suas determinações estão sempre em conformidade com as afirmações da Inteligência e ao impulso da Sensibilidade combinados? Eu argumento que não é assim por duas razões:

1. Se esse fosse o caso, quando Inteligência e Sensibilidades são opostas uma à outra – fato muito frequente – não poderia haver nenhum ato da Vontade em nenhuma direção. A Vontade precisa permanecer em um estado de absoluta inação, até que esses poderes beligerantes ajustem suas

diferenças e se unam para impelir a Vontade em alguma direção específica. Mas, sabemos que a Vontade pode, e frequentemente age na direção da Inteligência ou na direção da Sensibilidade, quando as afirmações de uma e os impulsos da outra estão em oposição direta entre si.

2. Quando o Intelecto e a Sensibilidade, como nos casos acima, são igualmente indiferentes, não pode existir, na presente hipótese, nenhum ato da Vontade. Sob circunstâncias idênticas a essas, no entanto, a Vontade age. A hipótese, portanto, cai por terra.

Assim, eu concluo que a proposição “a Vontade sempre é conforme ao que parece melhor” ou é errônea, ou é um mero truísmo, não tendo assim nenhum impacto sobre nossas investigações correntes.

Na discussão das proposições acima, a doutrina da Liberdade recebeu uma ilustração completa e clara. A ação da Vontade algumas vezes está em direção à Inteligência, em oposição à Sensibilidade, e algumas vezes em direção à Sensibilidade, em oposição à Inteligência, e nunca em direção a alguma delas por precisar estar em direção a algumas delas. Algumas vezes, ela age onde a Inteligência e a Sensibilidade se harmonizam, ou são igualmente indiferentes. Também quando a Vontade age em direção à Inteligência ou à Sensibilidade, ela não necessita, em todo o caso, seguir a afirmação mais elevada, nem o desejo mais forte.

Seção II — Tópicos diversos

O argumento necessitarista

I. Estamos agora preparados para apreciar o argumento necessitarista, baseado na assunção de que “a Vontade sempre é conforme ao que parece melhor”. Essa assunção é o grande pilar no qual a doutrina se apoia. Porém, todo o argumento baseado sobre ele é um perpétuo raciocínio em círculo. Peça ao necessitarista que apresente o grande argumento em favor de sua doutrina. Sua resposta será: “porque a Vontade *sempre* é conforme ao que parece melhor”. Então, mencione fatos como aqueles

acima mencionados, em contradição com a sua assunção, e sua resposta já estará pronta. Precisa haver, em todos os casos como esses, algum fundamento para a preferência percebido ou sentido, ou não poderia existir nenhum ato da Vontade nesses casos. Por exemplo, precisa ter havido algum ponto no espaço, mais elegível que qualquer outro para a localização do universo, e esta precisa ter sido a razão pela qual Deus selecionou aquele que selecionou. Pergunte a ele por que ele afirma isso. Sua réplica será, “porque a Vontade sempre é conforme ao que parece melhor”. Assim, sua assunção se torna premissa ou conclusão, exatamente como demanda a exigência da teoria baseada nela. Nada é tão conveniente e útil como uma assunção dessas quando se tem uma posição errônea e muito difícil para sustentar. Mas, quem não vê que este é um raciocínio em círculo dos mais viciosos? Assumir a proposição “a Vontade sempre é conforme ao que parece melhor”, em primeira instância, como a base de uma teoria universal, e então assumir a verdade dessa proposição como a base da explicação de fatos particulares, que contradizem essa teoria. O que é raciocinar em círculo, se isso não é? Ninguém tem o direito de assumir esta proposição como absolutamente verdadeira, até que tenha primeiro mostrado que ela é confirmada por todos os fenômenos da Vontade. Sobre essa autoridade não se pode explicar corretamente um único fenômeno. Fazer isso não é apenas raciocinar em círculo, mas presumir a questão em debate.

Em que sentido os motivos causam os atos da Vontade

II. Estamos também preparados para considerar outra assunção do Presidente Edwards que, se admitida no sentido em que ele a assume como verdade, exige a admissão do esquema Necessitarista, a saber: que a determinação da Vontade sempre é causada pelo Motivo presente à mente para realizar essa determinação. “É aquele motivo”, diz ele, “que, conforme surge na perspectiva da mente, é o mais forte, que determina a Vontade”⁵.

⁵ Essa passagem, e as demais citadas por Mahan nesse tópico, são da obra *A Careful and Strict Inquiry Into the Modern Prevailing Notions of that Freedom of Will* (1852). Cf. EDWARDS, Jonathan. *A Careful and Strict Inquiry Into the Modern Prevailing Notions of*

Novamente, “todo ato da Vontade tem uma causa, e conseqüentemente (pelo que já tem sido provado) tem uma conexão necessária com sua causa, e assim é necessário por uma necessidade de conexão e consequência, por isso é evidente que todo ato da Vontade, qualquer que seja, é estimulado por algum motivo”. “Mas, se todo ato da Vontade é estimulado por algum motivo, então esse motivo é a causa desse ato da Vontade”. “E se as volições são propriamente os efeitos de seus motivos, então elas estão necessariamente ligadas a seus motivos.” Se concordarmos com o princípio assumido aqui, a conclusão se segue por necessidade. Vamos, contudo, inquirir em que sentido motivo e volição mantêm a relação de causa e efeito um com o outro. *A presença e ação de um poder causa a ação de outro, na medida em que, e somente na medida em que ela torna necessária tal ação; e causa a sua ação em uma direção particular, somente na medida em que torna necessária sua ação naquela direção, em oposição a qualquer outra.* Assim, a ação de um poder pode causar a ação de outro em uma dessas duas maneiras:

1. Ele pode tornar necessária sua ação, e torná-la necessária em uma direção, em oposição a alguma ou a todas as outras. Nesse sentido, o fogo causa a sensação de dor. Ele torna necessária a ação da Sensibilidade, e em uma única direção.

2. Um poder pode tornar necessária a ação de algum outro poder, mas sem tornar necessária sua ação em uma direção em oposição a alguma ou a todas as outras. Vimos, num capítulo anterior, que o Motivo causa a ação da Vontade apenas nesse sentido: que ele torna necessária a ação da Vontade em alguma direção, mas não em uma direção em distinção de outra. Ora, o erro do Presidente Edwards reside em confundir esses dois sentidos da palavra causa. Ele assume que, quando um poder causa a ação de outro em algum sentido, precisa ser em todos os sentidos. Admite-se prontamente que, em um sentido, o Motivo causa a ação da Vontade. Mas, quando

that Freedom of Will. Backus e Whiting. Albany, 1804; p 07 e seg.. Disponível, em 06/05/2021, em *A careful and strict Inquiry into the modern prevailing notions of that ...* - Jonathan Edwards - Google Livros (Nota do Tradutor).

perguntamos pela razão ou causa de qualquer escolha particular em distinção de outra, encontramos-la, não no motivo, mas no próprio poder de querer.

Objeção – como se explica uma volição particular.

III. Nós também estamos preparados para apresentar a grande objeção dos Necessitaristas à doutrina da Liberdade conforme defendida aqui. Como, pergunta-se, devemos explicar, nessa teoria, as volições *particulares*. O poder de querer explica apenas atos da Vontade em *alguma* direção, mas não para uma em preferência a outra. É preciso explicar essa distinção, ou teremos um evento sem uma causa. A esse argumento eu replico:

1. Ele assume a posição em debate, a saber: que não pode haver consequentes que não estejam necessariamente conectados com antecedentes específicos que tornam necessários aqueles consequentes específicos em distinção de todos os outros.

2. Para explicar qualquer efeito, tudo o que pode ser, apropriadamente, requerido é indicar a existência e operação de uma causa adequada à produção de tais efeitos. O próprio livre arbítrio é uma causa assim no caso sob consideração. Mostramos aqui a existência e operação de uma causa que precisa produzir um de dois efeitos, e que é igualmente capaz, sob as circunstâncias, de produzir ambos. Tal causa explica a existência de um efeito desses, assim como a designação de um antecedente produzindo necessariamente certos consequentes explica esses consequentes.

3. Se, como esta objeção assevera, um ato da Vontade, quando não existe nenhuma razão percebida ou sentida para aquele ato em preferência a qualquer outro, é equivalente a um evento sem uma causa; então seria impossível *concebermos* tanto o primeiro quanto o último. Não podemos conceber um evento sem uma causa. Mas, podemos conceber um ato da Vontade quando não existe outra razão, senão o poder de querer para aquele ato específico da Vontade em distinção de outros. Não podemos conceber um evento sem uma causa. Mas, *podemos* conceber que a mente

faça uma escolha peculiar, por exemplo, ao invés da escolha corriqueira, sem o Intelecto ou a Sensibilidade impelirem a Vontade para aquele ato em distinção de outros. Tal ato, portanto, não é equivalente a um evento sem causa. Consequentemente, a objeção sob consideração não tem nenhum fundamento.

Uma explicação errônea sobre fatos como os acima descritos

IV. A maneira pela qual os Necessitaristas, algumas vezes, tentam explicar os fatos da Vontade nos quais a seleção é feita entre objetos percebidos e sentidos como sendo perfeitamente iguais, requer atenção. Suponha que A e B estejam diante da mente. Um ou outro precisa ser selecionado, ou nenhuma seleção ser feita. Esses objetos estão presentes para a mente como perfeitamente iguais. A Inteligência e a Sensibilidade estão em um estado de inteiro equilíbrio entre eles. Agora, quando um desses objetos é selecionado em distinção do outro, esse ato da Vontade precisa ser explicado, dizem, retornando à determinação de fazer a seleção ao invés de não fazê-la. A Vontade não escolhe entre A e B. A escolha é entre escolher e não escolher. Mas, veja: determinar-se a selecionar A ou B é uma coisa. Selecionar um em distinção do outro é outra. O primeiro ato não determina a Vontade em direção a um, em preterência ao outro. É este último ato que ainda precisa ser explicado. Quando tentamos explicá-lo, não podemos fazê-lo com referência à Inteligência ou à Sensibilidade, pois elas estão num estado de perfeito equilíbrio entre os objetos. Podemos explicá-lo somente recorrendo ao próprio poder de querer, e admitindo que a Vontade é livre e não sujeita à lei de Necessidade.

Como os Necessitaristas tratam a escolha entre objetos que se sabe serem iguais.

V. A maneira pela qual os Necessitaristas tratam fatos dessa espécie, a saber, as escolhas feitas entre coisas percebidas e sentidas como sendo iguais, também demanda uma breve explicação. Eles dizem que esses

fatos são, de qualquer modo, de pouca importância na ciência da mente, e que é insensato apelar para eles para determinar questões, como as que surgem aqui, para a doutrina da Liberdade e da Necessidade. Eu respondo: tais fatos são tão importantes na ciência da mente, quanto a queda de uma peça de ouro e de uma pena, no vácuo de um recipiente, o é para a Filosofia Natural. A última revela com perfeita clareza a grande lei da atração no universo material. O primeiro revela com igual conspicuidade a lei da Liberdade no âmbito da mente. Os Necessitaristas afirmam que nenhum ato da Vontade é possível, a não ser na direção dos ditames da Inteligência, ou de um impulso mais forte da Sensibilidade. Há fatos aduzidos nos quais, de acordo com a necessidade do caso, ambas as faculdades precisam estar em estado de perfeito equilíbrio. Nenhuma pode impelir a Vontade em alguma direção, em distinção de outra. Em tais circunstâncias, se a doutrina da necessidade é verdadeira, nenhum ato da vontade é possível. Precisamente nessas circunstâncias surgem atos da Vontade. A doutrina da Necessidade, portanto, é suplantada, e a verdade da doutrina da Liberdade é demonstrada. Os fatos que os Necessitaristas costumam desprezar são muito importantes. A verdadeira filosofia, devemos lembrar, nunca despreza quaisquer tipos de fatos.

Um erro palpável

VI. Agora estamos preparados para notar um erro palpável cometido pelos Necessitaristas em relação ao uso que os defensores da doutrina da Liberdade concebem fazer do fato de que a Vontade pode selecionar e seleciona entre objetivos percebidos e sentidos como iguais. “A razão pela qual alguns escritores metafísicos,” diz o Presidente Day⁶, “têm colocado tanta ênfase sobre esse ponto aparentemente insignificante, é provavelmente a *inferência* que eles propõem extrair da posição que assumem. Se for admitido que a mente decide um caminho ou outro, indiferentemente, quando os motivos em cada lado são perfeitamente iguais,

⁶ Jeremiah Day (1773-1867) (Nota do Tradutor).

eles inferem que isso pode ser o que acontece em todos os outros casos, ainda que os motivos para escolhas opostas possam ser sempre desiguais. Mas, em que base essa conclusão é garantida? Se um homem é inteiramente indiferente acerca de qual de dois grãos de cevada tomar, disto se segue que ele será indiferente em aceitar um *guinéu* ou um *farthing*⁷; ou possuir uma propriedade ou uma bugiganga?”⁸ Os defensores da doutrina da Liberdade não usam esses fatos sob consideração como aqui se atribui a eles. Eles nunca argumentam que, pelo fato de a Vontade poder selecionar entre A e B, quando eles são percebidos e sentidos como iguais, por conseguinte, quando a Vontade age em uma direção, em distinção de outra, o faz sempre de acordo com o momento de cada ação, impelida em direções diversas, por sentimentos e juízos igualmente fortes. O que eles argumentam a partir desses fatos é que a Vontade está sujeita à lei da Liberdade, e não à da Necessidade. Se a Vontade estivesse sujeita à última, então, quando impelida em diferentes direções por Motivos igualmente fortes (como nos casos acima citados), ela não poderia agir em direção de uma em distinção da outra mais do que um corpo pesado pode mover-se para o oeste em vez de mover-se para o leste, quando puxado em cada direção por forças perfeitamente iguais. Se a Vontade está sujeita à lei da Necessidade, então, em todos os casos de seleção entre objetos conhecidos e sentidos como iguais, temos um evento sem uma causa. Até mesmo os Necessitaristas, muitos deles, pelo menos, não ousam negar que, sob essas circunstâncias, a seleção acontece. Assim, eles precisam abandonar sua teoria ou admitir o dogma de eventos sem causas.

⁷ O Guinéu é uma antiga moeda de ouro inglesa; o farthing, uma pequena moeda de prata inglesa.

⁸ Cf. DAY, Jeremiah. *An Examination of President Edwards's Inquiry on the Freedom of the Will*. Durrie e Peck. New Haven, 1841, p 121-122. Disponível em 06/05/2021, em [An Examination of President Edwards's Inquiry on the Freedom of the Will - Jeremiah Day - Google Livros](#).

Referências

EDWARDS, Jonathan. *A Careful and Strict Inquiry into the Modern Prevailing Notions of that Freedom of Will*. Backus e Whiting: Albany, 1804.

DAY, Jeremiah. *An Examination of President Edwards's Inquiry on the Freedom of the Will*. Durrie e Peck. New Haven, 1841.

MAHAN, Asa. *The Greatest Apparent Good*. In: *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845. <https://doi.org/10.1037/14114-004>

MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. J. M. Fich: Oberlin, 1847. <https://doi.org/10.1037/14261-000>

Data de registro: 07/05/2021

Data de aceite: 15/08/2021